

Apresentação

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

PAULA LACERDA
IGOR ROLEMBERG

O conjunto de textos que apresentamos nesta coletânea tem origem no seminário “Etnografias da mobilização social na Amazônia”, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre 27 e 29 de novembro de 2024, organizado por nós, Paula Lacerda e Igor Rolemberg. Na ocasião, nosso intuito foi reunir pesquisadoras e pesquisadores que tivessem realizado estudos recentes sobre o tema da mobilização social em contextos amazônicos, alcançando as diferentes regiões que compõem esse território, marcado pela sociobiodiversidade.

A estrutura do evento foi composta pela conferência de Véronique Boyer (CNRS, França), cujo título foi “Mobilizações sociais e reposicionamentos étnicos: a ‘mistura’ como vetor de ‘pureza’”. A conferência teve como base os argumentos apresentados na obra *The Amazonian Puzzle: Ethnic Positions and Social Mobilization* (2023), que objetiva descrever e analisar a cosmovisão (uma teoria nativa da “mistura”) de onde emergem e se acionam as identidades étnicas, em diversas situações de interação das populações rurais amazônicas com as agências estatais. Para isso, é necessário atentar para o lugar ocupado pelo *caboclo* (tanto o caboclo-humano quanto o caboclo-espírito dos cultos de possessão) na imaginação conceitual e prática dos atores, que torna os reposicionamentos compreensíveis — uma

contribuição original para os estudos de antropologia da religião e da política, conforme ressaltou Patrícia Birman em comentário à conferência, a quem agradecemos novamente pela participação.

O seminário realizado na Uerj contou também com um minicurso conduzido por Peter Klein (Bard College, Estados Unidos), com o tema “Como etnografar mobilizações sociais”, que foi desenvolvido a partir de seu trabalho de campo em Altamira, Pará, com os atores da mobilização contra a hidrelétrica de Belo Monte, resultando no livro *Flooded: Development, Democracy and Brazil's Belo Monte Dam* (2022).

O terceiro tipo de atividade que organizamos no evento foi um workshop, que contou com apresentações de Adriano Godoy (Cebrap), Alexandre Barreto (EHES/UFPA), Eriki Aleixo de Melo (Ufam), Luciana Cajado (UL), Manuela Cordeiro (UFRR), Pedro Paulo de Araújo Miranda Soares (Ufam), Renata Lacerda (UFRJ) e Thereza Menezes (CPDA/UFRRJ).

A dinâmica do workshop consistiu em uma breve apresentação dos *papers*, seguida de debate e síntese. Os *papers* haviam sido reunidos e disponibilizados previamente pela organização, para as pessoas participantes e inscritas. Além da apresentação de seu próprio estudo, cada um que apresentou comentou o material de outro colega. Após esses comentários, os demais participantes, incluindo os organizadores do evento, tinham espaço para expandir o debate, com o intuito de aprimorar os textos que seriam posteriormente reunidos em uma publicação.

A presente coletânea apresenta seis dos oito textos que foram apresentados e debatidos no workshop.¹ Os três tipos de atividades que compuseram o evento (conferência, minicurso e workshop) foram abertos ao público, que pôde se inscrever e ter acesso aos textos utilizados. Apesar da crise hídrica que o Rio de Janeiro enfrentava durante os dias do evento — ocasionando, inclusive, a suspensão das atividades no campus Maracanã da Universidade do Estado do

1 Agradecemos a participação de Adriano Godoy e Alexandre Barreto, que, por razões diferentes, não puderam participar da coletânea.

Rio de Janeiro —, as atividades foram realizadas e puderam contar com a presença de todas as pessoas convidadas e de participantes que se inscreveram previamente.²

Os textos reunidos na coletânea compartilham um outro aspecto além da territorialidade amazônica, que é a centralidade da etnografia. A perspectiva etnográfica se apresenta de formas variadas. Contudo, em comum a etnografia aparece como forma de descrição, forma de conhecimento e forma de relação. Como forma de descrição, a etnografia ultrapassa o registro do factual, revelando a densidade dos eventos registrados, inclusive no formato múltiplo e às vezes dissonante com que são referidos pelas pessoas interlocutoras das pesquisas.

Como forma de conhecimento, chamamos a atenção para a dimensão situada da etnografia (Haraway, 1995) e que, por isso, investe em uma reflexão sobre as formas de relação dos sujeitos que interagem durante a construção da pesquisa. A posição que cada pessoa pesquisadora ocupa/ocupava durante a realização do estudo é mais do que o contexto; é parte das elaborações analíticas a serem apresentadas. Dessa forma, a abordagem etnográfica da mobilização social na Amazônia foi considerada eixo estruturante do evento que organizamos, tendo sido parte da proposta que fizemos às pessoas pesquisadoras, na ocasião do convite. Partimos do entendimento de que, embora a produção sobre movimentos sociais no Brasil utilize majoritariamente métodos qualitativos nas três áreas das ciências sociais, a etnografia nem sempre tem lugar de destaque (Szwako, Dowbor e Araújo, 2020). Muitos desses trabalhos valem-se de entrevistas e análise de documentos, que, se não acompanhados de um trabalho com imersão, estabelecimento de vínculos e uma duração mais prolongada com sujeitos participantes dos diversos tipos de mobilização, correm o risco de obter materiais de ordem prioritariamente declaratória e descolados das cenas e contextos sociais que

2 Reforçamos nossos agradecimentos à Escola de Desenho Industrial (ESDI/Uerj), na figura de sua diretora Zoy Anastassakis, que gentilmente nos recebeu em suas dependências.

os produzem, algo que a observação e a descrição minuciosas, como as de qualidade etnográfica, evitariam (Cefai *et al.*, 2012). Buscamos incidir de uma forma específica no estímulo à reflexão sobre etnografia e mobilização social. Por isso propusemos a Peter Klein um minicurso sobre o tema. Entendemos que, para além das contribuições teóricas e analíticas presentes nos capítulos desta coletânea, era necessário oferecer também um conjunto de ferramentas metodológicas e reflexões sobre a prática etnográfica em contextos de mobilização social na Amazônia.

Como notamos em textos anteriores (Lacerda, 2013), a produção científica sobre movimentos sociais — seja a considerada “clássica”, seja aquela elaborada por meio de pesquisas recentes — tende a enfatizar as experiências políticas de protestos, revoltas, conflitos a partir de cidades do sudeste do país, notadamente de cidades do eixo Rio-São Paulo. Segundo Szwako, Dowbor e Araújo (2020), apenas 5,23% da produção das ciências sociais brasileiras (2000-2017) em artigos acadêmicos sobre “movimentos sociais” tiveram como objeto mobilizações na Amazônia, apesar da crescente importância que elas assumem na região, em áreas rurais e urbanas, inclusive no que se refere à agenda socioambiental (mas não só). De fato, a maior parte da produção sobre mobilização na Amazônia se concentra na etnopolítica de movimentos indígenas e nas reivindicações por terra e território de outras populações rurais e urbanas, onde a etnicidade também é um elemento central da política contestatória e da política institucional, como uma ampla bibliografia vem demonstrando (Acevedo Marin e Castro, 1998; Almeida, 2004; Boyer, 2022; O’Dwyer, 2011). Vale lembrar, ainda, que a política da etnicidade é a linha de pesquisa mais presente em todos os programas de pós-graduação em antropologia no Brasil, segundo a recensão de Júlio Simões (2018). Além delas, há uma diversidade — em pautas, atores, métodos de reivindicação — de outros tipos de mobilização que ocorrem na região e que merecem ainda maior atenção das ciências sociais.

Por fim, ressaltamos nossa opção por privilegiar o ângulo de observação, descrição e análise a partir da “mobilização social”, e não dos “movimentos sociais”. O escopo de investigação das

“mobilizações sociais” é mais abrangente, porque envolve uma variedade de processos comunicativos e associativos que os atores implicados na resolução de um problema público vêm a desenvolver (Dewey, 2001), independentemente do fato de constituírem coletivos com graus de organização e institucionalização mais elevados, como seriam os “movimentos sociais”. Passaremos agora os diferentes capítulos da obra em revisão, visando aprofundar tais aspectos.

A composição da coletânea

O texto de Véronique Boyer (CNRS/França) inaugura o conjunto de capítulos da coletânea e tem como título “Reposicionamentos étnicos e teoria nativa da ‘mistura’: a trajetória de uma etnografia amazônica”. Nele, a autora revisita sua trajetória de pesquisa e os diversos trabalhos de campo realizados em regiões da Amazônia brasileira (na periferia de Belém, no Mazagão amapaense, no Baixo Amazonas, no Médio Solimões). Após estudar a participação feminina em terreiros de Belém e a expansão evangélica na Amazônia rural (o tema de pesquisa que a levou, justamente, a realizar trabalhos de campo em diferentes estados amazônicos), ela percebe os efeitos das políticas públicas baseadas na etnicidade entre seus interlocutores. A ideia de “reposicionamentos” visibiliza processos dinâmicos de transformações sociais que são feitos em face do Estado, sem abandonarem dimensões e pertencimentos subjetivos como a escolha pessoal e o peso das relações familiares na autoidentificação. A observação dos “reposicionamentos étnicos”, sem dúvida um ganho decorrente da perspectiva etnográfica adotada pela autora, contrastava com a forma como agentes de instituições (estatais, ativistas etc.) tendem a organizar suas expectativas em relação às identidades desses sujeitos: como um passo definitivo para a garantia de direitos.

A etnografia capta a inadequação da rigidez das categorias etnolegais promovidas pelas agências estatais, para enquadrar as populações. Assim, grupos que ocupam uma posição semelhante na estrutura social, tendo às vezes laços de parentesco entre si, podem

se identificar de formas distintas. Apesar disso, eventuais discordâncias internas quanto às formas de identificação não impedem uma reivindicação, para fora, em torno de uma identidade comum. O que parece um paradoxo ganha inteligibilidade quando a atenção se volta para o imaginário conceitual em torno do “caboclo”, fortemente presente no meio dessas populações. Isso permite à autora superar impasses frequentes no debate sobre reivindicações étnicas, negando que haja instrumentalização de identidades (um essencialismo estratégico, no melhor dos casos) ou uma imutabilidade étnica (um essencialismo de fato).

Sobre a figura do “caboclo”, Boyer repassa diversos estudos que mostram como ela esteve inicialmente associada a um tipo de “perda cultural”, até que a categoria é reposicionada a partir de processos sociais variados, que passam pela religiosidade. Os “caboclos-espíritos” e o “caboclos-homens”, como categoriza a autora, carregam em comum o fato de serem produto das margens — margens da civilização, margens do universo urbano e, acrescentamos nós, margens categoriais. O fato de o “caboclo” poder “virar” uma coisa ou outra torna compreensível que as populações entendam que são constituídas por diferentes “matrizes” étnicas e que possam ativar uma ou outra delas na interação com o Estado. Nesse sentido, é isso o que permite o reposicionamento étnico no tempo — como no caso tão bem descrito e analisado na etnografia de Mariana Pantoja (2008) — e a possibilidade de a “mistura” (tal como entendida localmente) funcionar como um vetor da “pureza”, segundo a autora.

O texto seguinte, de autoria de Peter Klein (Bard College/Estados Unidos), tem o título “Como etnografar mobilizações sociais na Amazônia: as dificuldades e as possibilidades”. Conforme mencionamos anteriormente, trata-se de uma importante contribuição metodológica para pessoas que pesquisam ou desejam pesquisar o tema. A perspectiva do autor é que a etnografia é uma forma particularmente adequada para estudar mobilização social. Utilizando sua experiência de pesquisa na cidade de Altamira (PA) nos anos próximos à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e, em particular, a descrição de um incidente de espionagem em um dos

principais coletivos políticos que havia sido formado para protestar contra o empreendimento, Peter Klein desenvolve os ganhos de uma postura agnóstica e simétrica durante a pesquisa etnográfica. Para ele, a opção por não considerar um conjunto de interlocutores como “desinteressantes” ou mesmo como “cooptados” e o fato de ter se mantido atento à compreensão do conflito a partir do maior número possível de perspectivas lhe permitiram lidar com as dificuldades de pesquisar as mobilizações sociais, que surgem em momentos de conflito e controvérsia. A história da ocupação e da colonização da região Amazônica ajuda a explicar os contornos que a mobilização social vai adquirir nesses espaços. Apoiado em outros estudos, Klein afirma que projetos como rodovias, hidrelétricas e mineração tornam a Amazônia mais vulnerável a crescimentos populacionais abruptos e ciclos econômicos instáveis, o que localmente funciona como mote para protestos e reivindicações políticas.

O capítulo de Luciana Corrêa de Sena Cajado, “A mobilização social por dentro das instituições: notas sobre uma agenda adiada”, desenvolve questões centrais para o estudo das mobilizações sociais: como os movimentos de protesto começam, se desenvolvem, se desmobilizam. Durante sua pesquisa de doutorado na cidade de Santarém — entre os anos iniciais da pandemia de covid-19 —, Cajado estava imersa na rede de cuidados socioassistenciais da qual faziam parte dois aparelhos públicos de diferentes perfis (um “abrigo” para adultos e famílias e uma “casa” de atendimentos diários de pessoas em situação de rua). Essa foi a inserção que permitiu à autora acompanhar os esforços de um dos acolhidos para construir o “movimento dos moradores de rua” em Santarém, município de cerca de 350 mil habitantes no estado do Pará.

A observação e a descrição arguta permitem compreender como as mobilizações sociais se fazem a partir da reunião dos descontentes e, no processo, enfrentam resistências e oposições de outros descontentes. A atenção aos diversos marcadores sociais da diferença — aqueles já estruturados na pesquisa social, como sexo, raça/etnia, classe, mas também outros, contextuais, como ser ou não uma pessoa que faz uso de drogas, parecer ou não hippie, saber ou não os

seus “direitos” — possibilita que a autora teça uma complexa análise em torno das sobreposições das violações e negligências estatais na vida das pessoas na Amazônia. Os efeitos da especulação imobiliária e dos incentivos aos latifundiários e ao agronegócio, a abertura de estradas e o conseqüente desmatamento, como parte da história e das violações históricas da região, articulam-se à insuficiência de recursos destinados à manutenção das estruturas socioassistenciais, quadro que se agravou durante os anos da pandemia. Esses processos incidem de maneira particularmente desfavorável sobre as populações que dependem de serviços e recursos públicos.

O capítulo “Água de beber, água de sonhar: infraestruturas, urbanização e mobilização social pelo Fórum das Águas Amazonense”, de Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares, descreve e analisa a trajetória do coletivo de moradores de bairros populares que se mobilizam pelo acesso democrático às infraestruturas relacionadas ao abastecimento de água. A exemplo de muitos movimentos sociais na Amazônia, a organização do fórum remete à ação de instituições religiosas — em especial do catolicismo socialmente engajado —, que estimulam a articulação da população em resposta à mudança, lida como piora, na oferta de serviços públicos. No caso em questão, tratou-se da privatização do saneamento básico em Manaus. A baixa qualidade do serviço prestado ensejou a instauração de três Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara Municipal: a primeira em 2005, a segunda em 2012 (quando o Fórum das Águas é criado) e a terceira em 2023 (quando o autor se aproxima dos integrantes do fórum).

As discussões apresentadas no texto de Soares evidenciam um ponto importante no estudo das mobilizações sociais: alguns episódios, como as CPIs, contribuem para elevar o grau de publicização das questões sociais, alcançando e incorporando novos agentes que podem vir a atuar como apoiadores nesse processo. Formalmente, a inserção do autor no coletivo em que a pesquisa foi realizada ocorre a partir de um projeto de extensão universitária ligado à Universidade Federal do Amazonas, instituição na qual Soares atua como docente. Essa inserção diz muito sobre as formas de atuação do pesquisador nos temas da mobilização social: pesquisa, apoio

e assessoria muitas vezes são realizados de forma simultânea e passam a constituir o campo da pesquisa, trazendo novas questões, possibilidades e, também, dilemas. Por fim, ao lado das descrições sobre as pragmáticas da mobilização — que permitem compreender como e por que as pessoas se mobilizam —, o texto destaca o papel das emoções e dos sonhos de uma comunidade (sonhos de água na torneira, sonhos de dignidade e de autonomia).

Dentro da diversidade das etnografias apresentadas na coletânea, duas delas, a empreendida por Renata Barbosa Lacerda, no sudoeste paraense, e a de Thereza Cristina Cardoso Menezes, sobre o Movimento de Produtores Rurais Independentes da Amazônia (MPRIA), captam a mobilização de setores da elite local, que mais raramente são objetos de atenção etnográfica. No capítulo “Desfazendo reservas: contramobilizações de setores do modelo agromineral na Amazônia”, Renata Lacerda concretiza uma das recomendações metodológicas de Peter Klein, de circular entre os diferentes atores de uma mobilização social (mesmo os que antagonizam entre si), a fim de apreender melhor a formação de identidades, as tomadas de posições e o modo de legitimar reivindicações. Ela opta pelo conceito de contramobilização, pelo aspecto reacionário da demanda de descaracterização (e, portanto, de reterritorialização) da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim.

A etnografia da autora evidencia que, na história dessa contramobilização social, não funciona a dicotomização rígida em lados “contra” e “a favor” desse território. A configuração de alianças e oposições tem forte componente conjuntural, e atores que a princípio poderiam ser adversários (assentados e grandes fazendeiros, por exemplo) podem se agregar em torno de uma pauta, por meio de *ajudas* e *apoios*, para se distanciarem depois. Além disso, as ações se alternam entre *brigas* (quando se dá ênfase no protesto, em ações diretas) e *diálogos* (quando se buscam meios mais institucionais) frente ao *governo*. Diante da importância de investigar a mobilização num tempo distendido, dos seus diferentes ciclos — inspirando-se em Sigaud (1986) e Tarrow (1993) —, o exame minucioso do léxico nativo (outra contribuição do capítulo) demonstra isso.

Lutas referem-se a ações coletivas por pautas mais comuns em meio a heterogeneidade de atores, além de serem mais perenes no tempo. Já *movimentos* dizem respeito a ações coletivas pontuais e podem ser uma ação direta (como o bloqueio de rodovia), uma ação jurídica (quando se recorre ao judiciário) ou uma ação legislativa (quando se procura mudar a lei a seu favor). As *lutas* são ações fortemente conotadas do ponto de vista moral: ressaltam o valor do trabalho e buscam expressar a *injustiça* decorrente do *abandono* e da perda de *direitos*, apesar de tanto *sofrimento*. É importante observar que a retórica das *lutas* é mobilizada não apenas por assentados, mas também por grandes fazendeiros, já que as *lutas* aparecem frequentemente associadas aos *progressenses ou povo da categoria BR-163*, grupos englobantes de uma diversidade de atores, com assimetrias de recursos e poder, unidos, no entanto, pelo papel que consideram importante na colonização da área, no trabalho dispendido, no sacrifício vivenciado. Embora essas categorias englobantes agreguem atores com diversidade racial, operações de hierarquização permanecem, em que os valores que caracterizam a *injustiça* são, em filigrana, mais próximos da branquitude (Bento, 2022), tendo como portadores o *colono sulista*, o *pioneiro*, o *gaúcho*.

Por fim, a etnografia, além de nos ajudar a compreender a concertação variável entre pautas, agentes e motivações da contramobilização, permite-nos analisar seus efeitos. Trata-se de uma mobilização que conseguiu obter a redução da terra indígena Baú no início dos anos 2000, abrindo um precedente — perigoso à agenda ambientalista — para repensar o tamanho da área da Flona do Jamanxim. Em suma, se quisermos entender como o midiaticizado “Dia do Fogo” em 2019 foi possível, é necessário percorrer a historicização dos ciclos de *movimentos* apresentados aqui.

Thereza Menezes, em “O agro amazônico mobilizado para a COP30: movimento dos produtores rurais independentes da Amazônia (MPRIA)”, também trata da mobilização de elites agrárias da região a respeito do tema ambiental, que ganhou ainda mais notoriedade com a COP30, realizada em Belém, e, de forma bastante original, tenta apreender o nascimento de um movimento social.

A originalidade está, assim, no objeto e no método, pois a autora acompanha essa gênese rastreando a aparição pública dos atores em diversas redes, atentando para a retórica utilizada na constituição de identidades e reivindicações. Para isso, beneficia-se das observações feitas em seu trabalho de campo de mais longa duração no sul do Amazonas, notadamente nos municípios de Apuí, Lábrea e Humaitá.

É interessante o processo de constituição de coletivos do “agro amazônico” aqui. O MPRIA se coloca publicamente em oposição aos ambientalistas tidos como progressistas, mas tem uma posição ambígua em relação ao “agro nacional”. Produtores rurais amazônicos, participando da corrente mais “negacionista” do “agro” (Pompeia 2020), denunciam este último, quando ele negocia e aceita políticas de sustentabilidade, através, por exemplo, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), colocando os custos da preservação ambiental sobre os ombros de quem está na Amazônia, enquanto produtores do Cerrado, onde está instalada a produção dominante do “agro nacional”, podem se beneficiar de legislação ambiental mais favorável. Menezes mostra como o ressentimento e o sentimento de exclusão do debate ambiental na COP30 são motores de agregação dos atores.

Mas o MPRIA também se beneficia do padrão organizativo e das estratégias de ação desenvolvidas pelo “agro nacional”. Ou seja, a autora evidencia a larga replicabilidade das agroestratégias, para usar um termo de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010), de que se vale também o capítulo de Renata Lacerda, mencionado anteriormente. Há, portanto, uma retórica e um modo de ação política (do “agro”) que se difunde por diferentes regiões do Brasil, mas pode sofrer inflexões na Amazônia, o que parece interessante de comparar com estudos sobre os adversários do ambientalismo na Amazônia (Almeida, 2024; Hoelle, 2021; Zhouri, 2006). Mais ainda, o capítulo de Thereza Menezes, assim como o de Renata Lacerda, é uma contribuição que chega em boa hora para a agenda de pesquisa em torno de “movimentos conservadores”, “contramovimentos” (Silva e Pereira, 2020; Staggenborg e Meyer, 2022) ou “contrapúblicos” (Cesarino, 2022; Medeiros, Fanti e Melo, 2023).

Por fim, temos duas etnografias situadas em Roraima, onde há conflitos em áreas de fronteira com terras indígenas, mas cada um dos trabalhos situando a focal de observação e análise em um ponto diferente. O capítulo de Manuela Souza Siqueira Cordeiro e Marcos Antônio Barbosa de Almeida, intitulado “Ajarani: notas sobre fronteiras territoriais e conflitos em Roraima”, acompanha os *colonos* e os *fazendeiros*. Aponta para um fenômeno observado em mais de um capítulo desta coletânea: o de que, em uma mobilização social, as identidades dos atores não se encontram perfeitamente estabilizadas. Nesse sentido, o estudo revela a ambiguidade em torno da categoria *fazendeiro* na região da pesquisa, a de um projeto de assentamento do Incra, chamado Ajarani, em fronteira com a terra indígena ianomâmi. Ali, um *fazendeiro* pode reivindicar (e muitas vezes o faz) a identidade de *colono*, apesar de *colono* remeter *a priori* a um produtor que detém uma extensão de terra menor que a de um *fazendeiro*. E isso pode ser socialmente aceito por outros *colonos*, que não são *fazendeiros*. Não é mera instrumentalização de má-fé. Por quê? A razão para isso está nas relações de vicinalidade, na participação de uma história comum de ocupação, e na adesão a um “*ethos camponês*”, assim conceituado por Woortmaan (1990), como o de manter a simplicidade, apesar de ter ascendido a *fazendeiro*. O *ethos camponês* é um signo de prestígio no universo dos *colonos*.

Quem não pode ser *colono* é um *grande fazendeiro*, que, além de deter extensões de terra maiores ainda que a de um *fazendeiro*, distingue-se deste e do *colono*, por também ser um ator cuja chegada à região é mais recente, não participando da história comum de migrações e ocupação do território. No entanto, em comum a todas essas identidades está um vínculo com certa cosmografia (Little, 2002) e, portanto, ao modo como produzir território se pauta em um conjunto de ideias, valores e sentidos. Aqui também se verifica algo apontado no capítulo de Renata Lacerda: a variabilidade na configuração de alianças e oposições, que podem se estabelecer entre indígenas, *colonos*, *fazendeiros* e *grandes fazendeiros*. Para demonstrar isso, os autores trazem duas dinâmicas de conflito: (i) a que se dá na *fundiária*, ou seja, nas “sobras de terra” do assentamento,

perto da terra indígena, e (ii) a que se dá dentro da terra indígena, nas áreas de intrusão/invasão, onde ocorre sobretudo a exploração minerária, garimpeira.

Na primeira dinâmica de conflito, *colonos* e *grandes fazendeiros* estão em oposição, enquanto na segunda podem estabelecer alianças, embora estas sejam assimétricas e embora os *colonos* participantes de uma e outra dessas dinâmicas de conflito não sejam os mesmos. Também os indígenas são destinatários das ações de cooptação de *grandes fazendeiros*, que instrumentalizam os *passeios* (caronas que facilitam o deslocamento dos ianomâmis a diversas sedes municipais) para esse fim. Seja como for, os conflitos ensejam práticas de mobilização, desde reuniões de associação entre *colonos*, ou entre *colonos* e *fazendeiros*, face a *grandes fazendeiros*, ou ainda a articulação de grupos indígenas entre associações representativas e agências estatais para a proteção ao território e no combate a ações ilegais, como o garimpo. Por fim, note-se que um dos autores é servidor do Tribunal de Justiça de Roraima, e nessa condição entrou em contato com as dinâmicas de conflito (e decorrentes práticas mobilizatórias) que foram judicializadas.

Por fim, o capítulo de Eriki Aleixo, intitulado “Conflitos sociais e mobilizações étnicas: uma etnografia nas terras indígenas demarcadas em ilhas de Roraima”, tem como foco de observação sua própria atuação com o povo indígena wapichana, na terra indígena (TI) Serra da Moça, que tem a particularidade de ter sido demarcada no formato de ilhas. Essa maneira de demarcação, como o capítulo demonstra, reforça o efeito de confinamento e aumenta as possibilidades de conflitos em suas fronteiras, estando as diversas comunidades cercadas por *colonos* e *fazendeiros*, onde estes, conforme observado no Ajarani por Cordeiro e Almeida, também reivindicam a categoria de *colonos*. O autor acompanhou o cotidiano das atividades realizadas por membros do Grupo de Proteção e Vigilância Territorial Indígena (GPVIT) e opta por trazer o relato de um dia de trabalho desse grupo, criado para “monitorar invasões, relatar atos de violência e registrar os danos causados à saúde física e espiritual das pessoas, incluindo a expulsão de famílias e a perda de roças familiares e coletivas devido ao uso de agrotóxicos”.

Assim, o capítulo trata de um tipo de ação coletiva cada vez mais presente no repertório de ações da mobilização indígena em diferentes regiões do país: a ação direta no que concerne à vigilância e à defesa do território. O autor mostra a importância de alguns dispositivos para reforçar as trocas de experiência entre povos de estados e regiões diferentes, para aperfeiçoarem localmente esse trabalho. Mais ainda: demonstra que o trabalho do GPVIT na TI Serra da Moça é particularmente desafiador pela existência de violações ao território, especialmente no que se refere aos pastos destinados ao gado, acobertadas sob o rótulo de “acordos” com *colonos/fazendeiros*, que se aproximam mais daquilo que Laura Nader (1994) definiu como “harmonia coerciva”.

* * *

As pessoas leitoras desse conjunto de trabalhos encontrarão, portanto, uma diversidade de mobilizações etnografadas: em relação à região da Amazônia onde ocorrem, e se no contexto rural ou urbano; em relação aos atores acompanhados; em relação à agenda reivindicatória. Poderão ver etnografias diversas quanto à configuração do trabalho de campo: no modo de entrar, de circular entre os atores, de combinar métodos, de escrever a partir do campo. Em nossas expectativas iniciais, que acreditamos terem sido atendidas, estava o desejo de que, independentemente do objeto ou tema tratado nas mobilizações, a obra facilitasse a empreitada comparativa. E, em meio à diversidade dos estudos aqui publicados, alguns aspectos sobressaem com valor heurístico para futuras investigações, como a atenção aos seguintes pontos:

- a. Temporalidade dos eventos; historicidade das mobilizações.
- b. Dimensão pragmática (a mobilização social tal como é praticada) e semântica (a mobilização social tal como é significada), sem separá-las.

- c. Costura de relações que, aparentemente, nada têm a ver com a “política” dos analistas, mas são fundamentais na criação dos coletivos, no desenvolver da mobilização, como os laços de parentesco, vizinhança, amizade.
- d. Tecnologias empregadas para mobilizar: os saberes acionados, os métodos de comunicação e visualização, as retóricas públicas de legitimação, entre outras.
- e. Variabilidade das relações de aliança e oposição entre atores de uma mesma mobilização, as alternâncias entre dinâmicas de protesto e dinâmicas de negociação, tanto dos atores entre si quanto entre eles e as agências estatais.

Dessa forma, os diferentes textos presentes neste livro captaram episódios de uma Amazônia em constante transformação, onde a dimensão do conflito continua tendo centralidade dentre as características da região. Os capítulos também permitem perceber novas dimensões dos processos de ocupação e reocupação desse território. Em publicação anterior, sinalizamos que a partir de 2017 é possível notar o recrudescimento de situações de violência na Amazônia, praticada contra lideranças e integrantes de movimentos sociais (Rolemberg e Lacerda, 2022). Na época dessa publicação, partíamos do dado de 71 assassinatos de lideranças, número que felizmente declinou nos últimos anos (31 em 2023, 13 em 2024). No entanto, dos 13 assassinatos registrados no último ano, mais da metade (8) ocorreu na Amazônia Legal (CPT, 2025), o que reitera a importância de estudos sobre mobilização social na região. Em termos das dinâmicas sociopolíticas da região, é possível afirmar que participar de movimentos sociais, sobretudo ocupando a posição de liderança, é uma atividade que põe em conflito personagens ocupando posições extremas quanto ao patrimônio, à capacidade de autodefesa, ao acesso a redes de poder e à legitimidade social e institucional. Essa assimetria acirra os riscos enfrentados pelos defensores de direitos e revela as disputas profundas em torno do uso, posse e controle dos territórios amazônicos.

Assim, a relação entre violência e mobilização social, na Amazônia, corresponde a dois processos: (i) pessoas têm seus direitos violados

em decorrência da imposição de projetos de desenvolvimento em seus territórios e recorrem a meios com diferentes níveis de institucionalização para suas ações reivindicatórias; (ii) pessoas que são ameaçadas, constrangidas, agredidas, deslegitimadas, ou seja, vítimas de diferentes formas pela ação direta ou indireta de elites locais e/ou representantes do estado em função da sua atuação na mobilização social. Em ambos os processos, a associação entre elites e poder institucionalizado é algo constitutivo da violência e do perigo que alcança as lideranças, algo que faz parte da experiência empírica dos sujeitos da mobilização e que pode ser facilmente constatado pela observação das dinâmicas de poder nesses espaços. Portanto, pesquisas mais focadas no papel das lideranças, no exercício da representação e das condições que a legitimam, das dificuldades na estabilização de um coletivo para mobilização (Rolemberg, 2023) — seja diante dos conflitos internos, seja diante de injunções externas — tendem a trazer benefícios para enriquecer a agenda de pesquisa sobre mobilização social na Amazônia. Outra tendência relevante é apreender essas mobilizações no contexto de renovação da “fronteira”.

Embora nosso propósito inicial fosse reunir trabalhos sobre a diversidade de mobilizações sociais na Amazônia, com diferentes agendas e atores, sem focar apenas a questão territorial (a exemplo do trabalho de Luciana Cajado), esse tema se mostrou central nas pesquisas presentes na coletânea tanto com populações urbanas quanto não urbanas. A importância da territorialidade, esses “processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados — não necessariamente nesta ordem — sobre uma parcela do espaço, que é transformada em território” (Godoi, 2014, p. 9) em diversas mobilizações sociais, já foi e continua sendo muito bem pesquisada. O que talvez mereça uma atenção renovada é o fato de essas mobilizações acontecerem em contexto de “fronteira”. E, embora alguém possa afirmar que também a noção de “fronteira” já foi amplamente investigada pelas ciências sociais (nas décadas de 1950 e 1960, por exemplo), o termo vem exigindo atualização conceitual, dada a ambiguidade

dos processos sociopolíticos em curso. Explicamos a seguir o que queremos dizer com isso.

João Pacheco de Oliveira (2021) revisitou recentemente a noção, e, dada a especificidade do caso brasileiro na Amazônia, onde a fronteira beneficiou sobretudo as grandes corporações nacionais e estrangeiras, prefere defini-la como zona de domínio político, de intervenção unilateral, de planos e projetos governamentais em associação com o capital privado, para incorporação de novos espaços à dinâmica do capitalismo.

Esse sentido de fronteira de não ser um lugar dado, mas fruto de projetos e planejamentos, criadores de experiências geográficas e temporais, está também em Anna Tsing (2005), no que chamou de “zonas de fronteira” na Indonésia, área de floresta tropical úmida, igual à Amazônia. Ela enfatiza, no entanto, as contradições dos processos sociopolíticos presentes na fronteira. Para a autora, por mais que haja planejamentos, são bastantes frequentes o que ela chama de “viradas irônicas”: os projetos nunca se realizam como previstos, são desviados de finalidade, ajustados, suspensos, entre outras ações. Além disso, a pesquisadora aponta outra dimensão contraditória dos projetos governamentais entre si: eles podem destinar os espaços tanto para exploração econômica quanto para conservação, ou seja, tanto para predação quanto para proteção. A conservação também pode produzir o efeito de despossessão e destituição de direitos contra as populações locais, como sublinharam Alfredo Wagner Berno de Almeida (2012), tratando das relações entre protecionismo econômico e proteção ambiental, Mauro Almeida e Roberto Rezende (2013) pelas restrições às vezes autoritárias das Unidades de Conservação contra populações locais, e Henyo Trindade de Barreto Filho (2006), sobre o conservacionismo da natureza sem humanos, além de uma infinidade de produções bibliográficas recentes. Note-se, ainda, que os projetos e planejamentos — de exploração ou de conservação — são marcados pelo seu caráter externo: são formulados alhures para serem implementados em um local; uma vez no local, sua produção é extravertida, pois se destina a ser mandada para fora.

Seja como for, as “fronteiras” já não são mais as mesmas. O Estado não vem apenas se impondo na paisagem, apagando a natureza, mas mobilizando-a, dotando-a de valor mesmo quando não explorada convencionalmente, colocando-a no circuito capitalista, criando mercados a partir dela (como o mercado de “serviços ambientais” –, sendo o mais conhecido deles o fatídico “mercado de carbono”).

O que talvez permaneça como traço característico da fronteira, não importa a dinâmica sociopolítica em desenvolvimento, é a de ser um espaço contestado, como lembram Brightman, Grotti e Ulturgasheva (2006), comparando o caso amazônico com o siberiano, que implica desmantelamento e reconfiguração materiais e imateriais (Hetherington e Campbell, 2014), arrancando elementos da paisagem, de meios de subsistência e de ecologias anteriores, para transformá-los em recursos (seja um minério extraído, seja um carbono transacionado) disponíveis para as indústrias do mundo. Esse espaço de contestação é a “fronteira”, propício para fazer surgirem mobilizações sociais, sendo marcado também por ações de acomodação, parcerias e diversos tipos de negociação, evidentes no trabalho de Renata Lacerda nesta coletânea, cuja agenda de investigação permanece atual e tende a permanecer no futuro (High, 2020).

Em termos de relações de alianças, a dimensão transnacional, relevante há décadas, só ganha mais força. Prova disso é a relação do ambientalismo global (constituído por uma miríade de movimentos, organizações, agências internacionais) com as populações locais amazônicas. Mas, como Beth Conklin e Laura Graham (1995) demonstraram, é importante que pesquisas sobre tais mobilizações sociais atentem para assimetrias na aliança: uma agenda comum de “manter a floresta em pé” não apenas não exclui ruídos de tradução e compreensão em jogo, mas pode revelar objetivos distintos e a ação de duradouros estereótipos coloniais — por exemplo, a permanente busca pelo indígena “hiper-real”, como diria Alcida Ramos (1995), ao que poderíamos acrescentar o “quilombola hiper-real”, o “ribeirinho hiper-real”, e assim por diante. Nesse sentido, está o problema da rigidez das categorias etnolegais, destinadas às populações locais, e da gestão territorial decorrente delas, conforme bem mostrado por Véronique Boyer em seu capítulo.

Por fim, uma terceira tendência na agenda de pesquisa sobre mobilização social na Amazônia implica levar em conta a diversidade de movimentos sociais urbanos, que gostaríamos de ter incorporado mais na coletânea, na esteira dos capítulos de Luciana Cajado e Pedro Paulo Soares. Na presente edição, há lacunas importantes, como as mobilizações em torno dos direitos sexuais, do acesso à saúde, da reivindicação por melhores condições de trabalho, entre outros. Para tanto, levar em consideração semelhanças e diferenças, nos processos de urbanização de cidades amazônicas com as de outras regiões do país, é fundamental para avaliar os efeitos no modo de fazer a mobilização (no desenho da agenda, no repertório de ações coletivas adotado, nas relações de aliança e de oposição que são traçadas).

Dito tudo isso, a reunião do conjunto de textos deste livro buscou, assim, valorizar esforços empreendidos por trabalhos de caráter etnográfico e estimular que outros tantos venham a ser feitos mais amplamente no Brasil. A intenção é somar-se ao movimento para uma maior prática da etnografia “do político” e “da política”, já observado nas ciências sociais nacionais, ao menos desde a década de 1990 (Heredia e Palmeira, 1995) e nas ciências sociais estrangeiras, anglófona e francófona (por exemplo: Auyero e Joseph, 2007; Schatz, 2009; Berger, Cefaï e Gayet-Viaud, 2010; Luhtakallio e Eliasoph, 2012; Longo e Zacka, 2019; Simmons e Smith, 2019), destacando as contribuições que especialmente a antropologia pode trazer para o estudo dos chamados movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros dos Trombetas: guardiães de mata e de rios*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina. p. 101-144, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. *Caderno CRH*, [s. l.], v. 25, n. 64, p. 63-71, 2012.
- ALMEIDA, Luciana Schleder. Agro a galope: alegorias da conquista e agrobolsonarismo. *Século XXI-Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 14, n. 2, 2024.
- ALMEIDA, Mauro; REZENDE, Roberto. Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação. *Ruris*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 185-196, 2013.
- AUYERO, Javier; JOSEPH, Lauren. Introduction: Politics Under the Ethnographic Microscope. In: JOSEPH, Lauren; MAHLER, Matthew; AUYERO, Javier (org.). *New Perspectives in Political Ethnography*. Nova York: Springer, 2007. p. 1-13.
- BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução a uma crítica ecológica política de uma noção. In: ADAMS, Cristina *et al* (ed.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERGER, Mathieu; CEFALÍ, Daniel; GAYET-VIAUD Carole (org.). *Du civil au politique: ethnographies du vivre ensemble*. Bruxelles: Peter Lang, 2011.

- BOYER, Véronique. *Le puzzle amazonien: positionnements ethniques et mobilisations sociales*. Paris, CNRS Editions, 2022.
- BRIGHTMAN, Marc; GROTTI, Vanessa; ULTURGASHEVA, Olga. Introduction: rethinking frontier in Amazonia and Siberia. Extractive economies, indigenous politics and social transformations. *Cambridge Anthropology*, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 1-12, 2006.
- CEFAÏ, Daniel *et al.* Ethnographies de la participation. *Participations*, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 7-48, 2012.
- CESARINO, Leticia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CONKLIN, Beth; GRAHAM, Laura. The shifting middle ground: Amazonian Indians and Eco-Politics. *American Anthropologist*, [s. l.], v. 97, n. 4, p. 695-710, 1995.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo - Brasil 2024*. Goiânia: CPT, 2025.
- DEWEY, John. Le public et ses problèmes. *Hermès, la Revue*, Paris, n. 31, p. 77-91, 2001.
- GODOI, Emília Pietrafesa. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 8-16, 2014.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 31-94, 1995.
- HETHERINGTON, Kregg; CAMPBELL, Jeremy. Nature, infrastructure, and the state - rethinking development in Latin America. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 191-194, 2014.
- HIGH, Casey. "Our Land Is Not for Sale!" Contesting Oil and Translating Environmental Politics in Amazonian Ecuador. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 301-323, 2020.
- HOELLE, Jeffrey. *Caubóis da floresta: o crescimento da pecuária e a cultura de gado na Amazônia brasileira*. Rio Branco: Edufac, 2021.

- LACERDA, Paula. *Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, v. 322, p. 1-32, 2002.
- LONGO, Matthew; ZACKA, Bernardo. Political Theory in an Ethnographic Key. *American Political Science Review*, [s. l.], v. 113, n. 4, p. 1.066-1.070, 2019.
- LUHTAKALLIO, Eeva; ELIASOPH, Nina. Ethnography of Politics and Political Communication: Studies in Sociology and Political Science. In: KENSKI, Kate; JAMIESON, Kathleen Hall (eds.). *Oxford Handbook of Political Communication*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- MEDEIROS, Jonas; FANTI, Fabíola; MELO, Rúrion. Apresentação. Dossiê Estudos de Contrapúblicos. *Dissonância*, [s. l.], v. 7, p. 1-18, 2023.
- NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 26, p. 18-29, 1994.
- O'DWYER, Eliane Catarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Iberoamericana*, [s. l.], v. 42, p. 11-126, 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. *Mana*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 1-31, 2021.
- PANTOJA, Mariana. *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2008.
- POMPEIA, Caio. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 104, 2020.
- RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 10, p. 5-14, 1995.
- ROLEMBERG, Igor; LACERDA, Paula. Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos. *Anuário Antropológico*, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 87-106, 2022.

- ROLEMBERG, Igor. *Mobilizar, Acompanhar, Denunciar: uma etnografia da Comissão Pastoral da Terra na Amazônia Oriental*. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – École des Hautes Études em Sciences Sociales; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Paris e Rio de Janeiro, 2023.
- SCHATZ, Edward (org.). *Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidroelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”, *Comunicação n.º 9 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1-36, 1996.
- SILVA, Marcelo K.; PEREIRA, Matheus M. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, [s. l.], v. 8, n. 20, p. 26-49, 2020.
- SIMMONS, Erica; SMITH, Nicholas. The case for comparative ethnography. *Comparative Politics*, [s. l.], v. 51, n. 3, p. 341-359, 2019.
- SIMÕES, Júlio. A dinâmica do campo: temas, tendências e desafios. *In: FELDMAN-BIANCO, Bela; SIMIÃO, Daniel S. (orgs.). O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018.
- STAGGENBORG, Susanne; MEYER, David. S. Understanding counter-movements. *In: TINDALL, David; STODDART, Mark C. J.; DUNLAP, Riley E. (eds.), Handbook of Anti-Environmentalism*. Edward Elgar Publishing, 2022.
- SZWAKO, José Leon; DOWBOR, Monika; ARAÚJO, Ramon. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [s.l.], v. 92, p. 1-22, 2020.
- TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. *Social Science History*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 281-307, 1993.
- TSING, Anna. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguecia*. O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 139-169, 2006.